PERIÓDICOS

AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

VOL.4 – Nº 3

MARÇO DE 1980

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO
DE ECONOMIA

GOMES FREIRE
18. III. 80
DR-RIO

BRASIL CORREIO
CR$ 001,60
M 10.557

ESCOLA ADM EMPRESAS - SP
BIBLIOTECA KARL BOEDECKER
AV 9 DE JULHO 2029/10. ANDAR
SAO PAULO SP

EAESP/FGV
24 MAR

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

COORDENADOR Tito Bruno Bandeira Ryff

QUADRO TÉCNICO E ÁREAS DE INTERESSE

Pecuária Bovina	Antonio Roberto Marques Gonçalves
Fatores de Produção; Infraestrutura; Sistema de Safras	Bruno Marcus Rangel Pessanha
Serviço de Dados Básicos; Mandioca; Cana de Açúcar	Francisco Antônio da Fonseca Menezez
Agroindústria; Algodão	Inês Tereza Lyra
Animais de Pequeno e Médio Portes; Feijão	Irene Ragüenet Trocolli
Milho; Sorgo; Rações; Serviço de Cadastro	Ivan Wedekin
Oleaginosas; Cereais de Inverno; Metais	Leila Tendrih de Freitas Almeida
Editoração	Lúcia Maria Murat Vasconsellos
	Fernando Roberto de Freitas Almeida
Moeda e Crédito; Fumo; Arroz; Café	Régis Norberto da Cunha Alimandro
Cacau; Fruticultura; Horticultura	Rui Melo de Carvalho

QUADRO DE APOIO

Composição; Montagem; Arte Final	Emerson da Silva Martins
Mensageiro	José de Oliveira Melo Júnior
Secretária	Jorgina L. Lemos
Servicos de Documentação	Maria Eunice Rocha
Estagiários	Deborah de Almeida Lima
	Rogério Carneiro Campello
	Andréa Delmonte
	Iracema Bouza Pessôa
	Frederico A. N. B. Neto
	Márcia Mury Alves

"Agroanalysis" é uma publicação do Grupo de Informação Agrícola do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, editada com apoio do Banco Central.

Agroanalysis, v. I – , n. 1 –; 1977 –
Rio de Janeiro, Grupo de Informação Agrícola
v. ilust. 30 cm Mensal (jan. a dez.)

1. Agricultura – Periódicos. I. Grupo de Informação Agrícola

CDU 631 (05)

Grupo de Informação Agrícola
Av. Gomes Freire, 647 – 10º – ZC-58
Fones: 232-5001, 232-6827, 232-8678 e 232-2548
Telex: 212-3840 FGVE BR
20.000 – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL

BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
Escola de Administração de
Empresas de São Paulo

AGROANALYSIS

FUNDAÇAO
GETÚLIO VARGAS

Instituto Brasileiro de Economia

ÍNDICE

Páginas

Comentários

Açúcar 3

Cacau 6

Café 9

Carne 13

Leite..... 16

Panorama Agropecuário

Mercado Externo... 20

Mercado Interno ... 22

Preços Relativos ... 24

NOTA DA EDIÇÃO

Completando a avaliação dos resultados da safra 1979/80 e de suas conseqüências para o abastecimento interno e o comércio externo do país, o Grupo de Informação Agrícola dedica este número de "Agroanalysis" ao desempenho das lavouras permanentes e às questões relacionadas com o suprimento de carne e leite. O alcance da meta de US$ 20 bilhões para as exportações brasileiras vai depender, em boa medida, das cotações e do volume de vendas externas dos três produtos — café, cacau e açúcar — que são desta feita, objeto de análise de nossos especialistas.

Com relação ao café, o objetivo fixado é uma receita de US$ 3 bilhões, o que representa cerca de 36% a mais do que em 1979. A expectativa é de que boa parte deste acréscimo provenha de um aumento do volume exportado, da ordem de 3 milhões de sacas, equivalente a uma expansão das vendas próxima de 25%. Deduz-se, portanto, que o IBC espera, também, para 1980, um preço médio por saca exportada superior ao do ano passado. Essa dupla pretensão poderia parecer contraditória, não fosse pela circunstância favorável de que o mercado internacional do café inicia o ano de 1980 com cotações bem mais elevadas do que há doze meses atrás. Em março de 1979, o produto valia, na Bolsa de Nova Iorque, US$ 133,83/lb-peso, 36% abaixo portanto, das cotações atuais(*)

Tudo vai depender, no entanto, do comportamento do mercado no período crítico que vai de maio a agosto, quando aumenta o risco de geadas no Brasil, e da política de comercialização do próprio IBC. Com relação a este último ponto, a regra de ouro é manter a competitividade do café brasileiro frente aos seus concorrentes, embora exija maior agilidade nas decisões da autarquia do que a requerida, até aqui, pela postura rígida de "valorização" do produto à revelia das oscilações naturais do mercado.

No tocante ao cacau, a situação do mercado é inversa à do café. As cotações atuais na Bolsa de Nova Iorque acham-se 7% abaixo do valor médio registrado em março de 1979. Talvez por

(*) Consideradas as cotações do primeiro futuro. As cotações atuais referem-se à média dos dias 3 e 4 de março de 1980.

Agroanalysis, 4(3):1-2,
março 1980

isso mesmo já começa a se esboçar uma tentativa, por parte dos países produtores, de sustentação das cotações do produto. É difícil antecipar os resultados dessa iniciativa e os seus efeitos sobre as exportações brasileiras. No caso do cacau, contudo, o Brasil não pode compensar as cotações inferiores com uma política mais agressiva de vendas. Primeiramente, porque isto poderia ter o efeito de reduzir ainda mais o preço médio das exportações em relação ao valor alcançado em 1979. Em seguida, porque a situação estatística (confronto entre oferta e demanda) é menos favorável do que no caso do café. Resta ao país, portanto, desenvolver a estratégia da sustentação de preços. .

Quanto ao açúcar, finalmente, não há nada de duvidoso. As boas notícias são inequívocas: as cotações foram multiplicadas por três entre março de 1979 e fevereiro de 1980 e o mercado apresenta sinais de firmeza. Sendo assim, o Brasil poderia obter US$ 900 milhões (um acréscimo de 118% em relação ao ano passado) com uma expansão de apenas 4% no volume exportado. Tudo indica, no entanto, que as vendas externas poderão superar as 2 milhões de toneladas de açúcar, elevando ainda mais a receita externa a ser obtida com o produto.

No entanto, com relação aos dois principais produtos de origem animal — carne bovina e leite — as perspectivas não são tão positivas. A pecuária de corte ainda não se recuperou totalmente do abate excessivo de matrizes ocorrido em 1977 e, po. isso, o ano em curso ainda será de oferta relativamente limitada. Quanto ao leite, os fatores que freiam o crescimento da produção são basicamente estruturais (Agroanalysis, vol. 3, nº 7-8), agravados, é bom não esquecer, por uma política de preços tradicionalmente desestimulantes.

No caso, inquieta menos o abastecimento a curto prazo — pois há sempre a possibilidade de recorrer a importações — do que os efeitos nocivos que o desestímulo à produção de leite pode ter, no médio prazo, sobre a oferta do produto. Nesse particular, a análise da página 16 mostra que a relação existente entre os preços da carne e do leite é de tal ordem que as vacas leiteiras de baixa produtividade podem ganhar o rumo dos abatedouros.

Comentários

AÇÚCAR

É preciso uma política cautelosa

A safra de 1979/80, segundo o Plano de Safra do Instituto do Açúcar e do Álcool, teve início na região Centro-Sul em 1º de junho de 1979, devendo encerrar-se oficialmente em 31 de maio de 1980. Na região Norte-Nordeste, o início deu-se em 1º de setembro do 1979, estando o término marcado para 31 de agosto de 1980.

As estimativas de produção disponíveis indicam um desempenho satisfatório, tanto para o açúcar, como para o álcool. A produção de açúcar atingiu, em 31/12/79, um total de 5,8 milhões de t (o Plano de Safra estabelece uma meta final de 6,6 milhões de t). A produção de álcool, na mesma data, chegou a 3,13 bilhões de litros (com uma meta fixada de 3,79 bilhões de l). Comparando-se as metas de produção desta safra com aquelas fixadas no plano da safra 1978/79, verifica-se que o total estabelecido para a produção de açúcar sofreu pequena redução, registrando-se, entretanto, uma elevação de aproximadamente 49% na produção autorizada de álcool. O volume de cana-de-açúcar, matéria-prima necessária a essa produção, deverá alcançar algo em torno de 140 milhões de t, superando em 6% a quantidade processada na safra anterior.

E, em relação à área colhida, está previsto um acréscimo em torno de 6,5%, destacando-se os estados de São Paulo, Alagoas e Rio de Janeiro, com incrementos superiores a 7% sobre a área colhida na safra 1978/79. Todavia, os rendimentos agrícola e industrial não deverão sofrer qualquer alteração significativa, mantendo-se em uma média aproximada de 55 t/ha para a cana-de-açúcar e 80 kg/t para o açúcar.

Duas ordens de questões merecem destaque na discussão dos principais aspectos relativos à atual safra. Primeiramente, as perspectivas das exportações brasileiras de açúcar, em face do comportamento do mercado externo. Em segundo lugar, problemas com que a agroindústria do açúcar e do álcool se defronta no momento e seus possíveis efeitos sobre as safras futuras.

A Situação das Exportações

Limitado pela quota de exportação de 1,92 milhões de toneladas, estabelecida pelo Acordo Internacional do Açúcar, o valor total das exportações (de demerara, açúcares cristal e refinado e melaço) atingiu, em 1979, US$ 412,4 milhões (FOB), o que representa um acréscimo de 7,5% sobre o resultado obtido no ano anterior. A performance de nossas exportações de açúcar pode ser explicada pelo baixo valor das cotações do produto, que vigoraram até a primeira metade do ano passado. Entretanto, o segundo semestre de 1979 significou para o mercado açucareiro mundial uma profunda reversão na tendência baixista de preços, que até então se fazia sentir.

Após vários anos em que a produção mundial excedeu o consumo, fazendo com que os países produtores acumulassem estoques crescentes, estima-se que a demanda internacional para esta safra superará a oferta em cerca de 3,5 milhões de t. Informações recentes dão conta de perdas de cana equivalentes a 1 milhão de tonelada de açúcar nas safras de Cuba e da Índia, reforçando ainda mais a expectativa de agravamento do abastecimento do mercado internacional. A cotação do produto na Bolsa de Nova Iorque que, em julho do ano passado, apresentava uma média de US¢ 8,3/lb-peso para futuro de primeira entrega, recebeu nos últimos meses um acréscimo de 165%, alcançando uma cotação média em fevereiro de US¢ 22/lb-peso para o futuro de primeira entrega.

O Acordo Internacional do Açúcar, agora reforçado com a adesão norte-americana, vem acionando os mecanismos de controle dos preços de que dispõe, visando a moderar as tendências

Agroanalysis, 4(3): 3-19, março 1980

altistas do mercado. Desta forma, quando o preço ultrapassou US¢ 15/lb-peso, as quotas de exportação dos países membros do Acordo deixaram de vigorar. Ao ultrapassar a cotação de US¢ 21/lb-peso, os estoques de emergência dos países membros da Organização Internacional do Açúcar foram liberados. Ainda assim, estas medidas não têm sido suficientes para deter a escalada altista dos preços.

Para este ano, mantendo-se os preços ao nível de US$ 450/t e considerando-se que o Brasil poderá dispor de 2 milhões de toneladas de açúcar para exportar, pode-se esperar uma receita média de US$ 900 milhões, o que representa uma significativa melhoria, em comparação com o desempenho dos últimos anos. Entretanto, diante da necessidade premente de aumentar o valor total de nossas exportações, discute-se, no momento, a viabilidade de se ampliar o volume de açúcar exportado, aproveitando-se da conjuntura favorável do mercado internacional. Sendo improvável a redução da quota de açúcar destinada para o consumo interno (nesta safra, pouco acima de 5 milhões de toneladas), levanta-se a hipótese de sacrifício de parte da produção de álcool fixada para este ano. Neste sentido, tudo parece se resumir a uma análise de alternativas. Isto porque, se o país mantivesse constante a produção de 3,8 bilhões de litros de álcool para este ano, seria possível acrescer à safra de açúcar 1 milhão de toneladas, que, colocadas no mercado externo, significariam a entrada de mais US$ 450 milhões em divisas. No entanto, nesse debate, são ignorados dois aspectos de grande importância. De um lado, omite-se o fato de que a necessidade de se produzir álcool no volume fixado objetiva não somente à economia de divisas em um prazo mais curto, como também à obtenção de uma alternativa mais duradoura para a crise energética. De outro lado,esquece-se que devem ser considerados os prováveis efeitos baixistas sobre os preços no mercado externo, diante de uma oferta adicional de açúcar por parte do Brasil, país que participa com 8% do açúcar de cana comercializado no mundo. Sem desconsiderar as possibilidades que a atual situação do mercado mundial do açúcar oferece, seria adequada uma política cautelosa, que não oferecesse o risco de reproduzir, no futuro, os mesmos erros cometidos quando da grande alta das cotações do produto, em 1974.

Os Principais Problemas da Agroindústria Açucareira

O encerramento da safra 1979/80 não deverá apresentar resultados muito destoantes dos objetivos fixados pelo Plano de Safra.

Na região Norte-Nordeste, desde outubro, a lavoura canavieira vem sofrendo rigorosa estiagem, cujos prejuízos deverão incidir mais fortemente na próxima safra, uma vez que a cana que ainda resta para ser moída, na presente temporada, encontra-se em fase adiantada de maturação. As conseqüências da seca poderão ser agravadas, pois as lavouras da região ressentem-se de tratos culturais precários e deficiências de adubação.

A região Centro-Sul, por sua vez, contou com condições climáticas favoráveis nesta safra. As geadas que ocorreram em meados de julho no sul e oeste de São Paulo e as chuvas excessivas do fim de ano não chegaram a afetar a lavoura de uma forma significativa, limitando-se a atingir áreas restritas e causando perdas de pequena monta.

No plano fitossanitário, não ocorreram problemas de pragas ou doenças que afetassem sensivelmente a lavoura. Nos estados de Alagoas, Pernambuco e Paraíba, permanece a cana sendo atacada pela cigarrinha que, no entanto, encontra-se sob controle. No momento, realiza-se um esforço de combate à praga mediante controle biológico, em substituição aos inseticidas químicos. No Centro-Sul e, mais especificamente, em São Paulo, a incidência da broca e do mosaico na cana não chegam a causar grandes prejuízos, estando igualmente sob controle.

As dificuldades financeiras com que se defrontam tanto a agroindústria açucareira, quanto os fornecedores de cana permanecem sendo o prin-

cipal problema do setor. Neste sentido, verifica-se certa insatisfação para com os preços fixados para a cana e o açúcar, que se encontram bastante defasados diante da elevação dos custos, nos últimos meses. Um recente estudo da Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco indica elevações substanciais em diversos itens que compõem o custo de produção da cana. Assim, de agosto a dezembro de 1979, a mão-de-obra sofreu uma alta de 52%, os insumos (fertilizantes e corretivos) subiram, em alguns casos, até 97,4% e, finalmente, os implementos agrícolas apresentaram uma elevação de até 81,3%.

Com base no estudo mencionado, o preço da tonelada de cana posto na esteira deveria ser da ordem de Cr$ 1.039,98, isto é, 74% a mais do que o preço atual estabelecido pelo IAA (Cr$ 598,84/t). Merece destaque particular o problema do preço dos fertilizantes que, após o conjunto de medidas econômicas adotadas pelo governo federal em dezembro, sofreu grande majoração, apresentando, no momento, uma participação de aproximadamente 50% nos custos totais de produção da cana. Esse quadro de permanente alta nos custos de produção coloca em risco os programas de aumento de produtividade da cultura canavieira, principalmente para os pequenos e médios fornecedores impossibilitados de usar os fertilizantes na dosagem necessária. A elevação dos custos de energia e de mão-de-obra também se faz sentir na indústria do açúcar, induzindo os usineiros a reivindicarem um reajustamento do preço, ainda para esta safra.

Como agravante da crise financeira por que passam os setores produtores de cana e de açúcar, acrescenta-se ainda a dificuldade na obtenção de crédito para financiamento da produção. A respeito, vale destacar a demora na autorização do financiamento, havendo, via de regra, um grande intervalo entre a data de solicitação e a da concessão efetiva. O problema das barreiras invisíveis para a liberação do crédito assume maior vulto, em face das restrições já existentes ao financiamento de fundação da safra, influenciando negativamente o ânimo do produtor. Neste sentido, há informações de que a região Norte-Nordeste sofrerá uma diminuição de até 20% no plantio da safra 1980/81, ora em andamento.

Expansão da Área de Cana Para Produção de Álcool

As metas de produção fixadas pelo Programa Nacional do Álcool têm representado um grande esforço, tanto no âmbito industrial, com a ampliação e instalação de destilarias, quanto no âmbito agrícola, com a expansão da cultura canavieira, principal fornecedora de matéria-prima para o álcool. Desta forma, encontra-se na ordem do dia a discussão sobre a expansão da área de cana e o conseqüente avanço sobre as áreas destinadas à produção de alimentos e de fibras.

É importante ressalvar que este fenômeno não pode ser generalizado para todas as regiões aptas para a lavoura canavieira. Na verdade, tal fenômeno tem-se manifestado mais acentuadamente em São Paulo, estado que atualmente é responsável por cerca de 65% da produção de álcool do país. A manutenção desta posição exige a busca de novas áreas para plantar cana-de-açúcar. Em São Paulo, por estarem esgotadas as áreas disponíveis para a lavoura da cana, há que se estabelecer um limite na expansão da cultura previsto no PROALCOOL.

Uma pesquisa do Instituto de Economia Agrícola do estado de São-Paulo abrangendo o período de 1974 até 1979, referente à expansão da cana no estado, indicou um acréscimo de 10% na área plantada na região de Campinas; de 50% em Bauru e Marília e de 92% em Ribeirão Preto. Isto significou a ocupação de áreas de pastagens, algodão, feijão e milho, entre outras culturas.

A disputa que se estabelece sobre a terra e o forte processo de substituição de culturas além de agravar o déficit da oferta de alimentos, acarreta conseqüências diretas de ordem so-

cial. Em primeiro lugar, o sacrifício de culturas tais como o arroz, o feijão, o milho e a mandioca pode comprometer o abastecimento do mercado interno, além de atingir um contingente considerável de pequenos proprietários que terão que buscar terras mais distantes para suas plantações, ou que ser absorvidos como mão-de-obra da própria cultura canavieira. Em segundo lugar, a invasão de áreas de produtos de exportação, tais como o algodão, o amendoim, a laranja e a mamona conflita com a necessidade de equilíbrio da nossa balança comercial. Por último, cabe verificar as conseqüências do avanço sobre áreas de pastagem, que poderá resultar no deslocamento da pecuária para a região Centro-Oeste do país (onde o preço da terra é mais baixo) ou na adoção de uma prática de pecuária intensiva.

A expansão da área de cana-de-açúcar na região Norte-Nordeste, para atender às exigências do PROÁLCOOL, apresenta características distintas. Enquanto que os estados de Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte dispõem de terras aptas para o desenvolvimento da cultura canavieira, Pernambuco já evidencia um elevado grau de saturação de terras destináveis à cultura.

Diante deste quadro fica a dificuldade de se compatibilizar a necessidade de expansão da área de cana com os limites impostos pela carência de áreas «agricultáveis», principalmente nas regiões próximas dos grandes centros urbanos. ✱

CACAU

Cresce a produção brasileira

A produção da safra brasileira de 1979/80 (01/05/79 a 30/04/80) deverá alcançar a produção recorde de 320 mil toneladas. A safra temporã de 1979, produzindo 3,2 milhões de sacas de amêndoas (61% do volume total produzido), contribuiu de forma decisiva para o atingimento dessa marca. Esse desempenho significará, para o Brasil, a reassunção da 1ª posição no mercado mundial, juntamente com a Costa do Marfim.

Em relação ao ano agrícola internacional, expirado em 30/09/79, a produção brasileira alcançou a marca de 297 mil toneladas, volume superior em 12% ao do ano anterior. A próxima safra temporã, cuja produção é contabilizada no ano agrícola internacional 1979/80, está estimada em 3 milhões de sacas, o que, caso se configure, alçará a oferta brasileira à casa das 315 mil t. A performance da safra intermediária está condicionada à ocorrência de condições climáticas favoráveis à cultura ao longo da fase final de seu desenvolvimento e colheita. A ocorrência de um longo período de estiagem em fins de 1979 e a incidência de chuvas excessivas no período janeiro-fevereiro deste ano, já provocaram prejuízos, ainda que parciais, à cultura.

De qualquer modo, será esta a primeira safra internacional de que participam os cacauais implantados ou renovados por intermédio do Procacau. Embora o aumento da oferta do produto nacional, via Procacau, seja pequeno, poderá exercer alguma influência sobre os preços do mercado internacional. Isto porque os estoques mundiais no momento são elevados (500 mil t). Conseqüentemente, essa maior produção interna demandará uma ação mais firme dos responsáveis pela política de comercialização do país, juntamente com os demais países produtores, objetivando a sustentação dos preços internacionais.

No plano interno, a contrapartida do aumento progressivo da produção brasileira tem sido a exigência de contingentes crescentes de mão-de-obra temporária, a custos mais elevados. Além disso, o aprimoramento das condições de armazenagem para manutenção de estoques por prazos superiores aos praticados atualmente, com objetivo de atender à política de exporta-

ção, tem sido um fator a mais a onerar os custos de produção.

Em 1979, a receita de exportação proporcionada pelo cacau e seus derivados alcançou 949 milhões de dólares, 14% a mais do que a do ano anterior. O volume exportado, calculado em equivalente em amêndoas, foi de 297.667 t, 22% superior à exportação de 1978. Já o preço médio de US$ 3.188,00 por tonelada de amêndoas, 7% abaixo do recebido em 1978, refletiu a tendência baixista que perdurou, ao longo de 1979, no mercado internacional. Isoladamente, o preço médio do produto "in natura" exportado foi de US$ 3.103,00/t, significando uma quebra de 8% em relação àquele obtido em 1978. Indica, também, uma valorização dos produtos semi-industrializados (manteiga, pó, liquor etc.).

Em moeda nacional, à taxa de câmbio média de Cr$ 26,818/dólar, o preço médio interno, em 1979, foi de Cr$ 83.994,00/t. Estimando-se que o produtor brasileiro de um modo geral recebe 70% do preço médio exportado, conclui-se que a sua receita bruta foi de Cr$ 58.796,00/t no ano passado. Em termos nominais, este preço médio foi 46,5% superior ao de 1978, o que, em face da taxa inflacionária do ano passado, indica uma redução na renda bruta do produtor interno, fato incompatível com a preconizada política do governo de valorização da produção agrícola.

No âmbito internacional, o ano de 1979 caracterizou-se por mudanças nas políticas de comercialização dos países produtores, visando a conter a tendência baixista do mercado, em face da expectativa de recessão nos países consumidores. Maior repressão ao contrabando em Gana, estocagem de grandes quantidades de amêndoas na Costa do Marfim e alterações nas políticas cambial e fiscal do Brasil, além da tentativa de implementação de um programa de comercialização integrado dos países produtores, foram os fatos que se destacaram em 1979. De todas as medidas, porém, merece realce especial a ação conjunta que pretendem exercer os países produtores, no sentido de sustentar as cotações do mercado internacional. Nas últimas reuniões para renovação do Acordo Internacional do Cacau, ficou demonstrada essa disposição dos países produtores, ao recusarem unanimemente preços inferiores a US$ 1,20 por libra-peso de amêndoa, para a formação de estoques reguladores. Desde então, os países produtores vêm-se movimentando no sentido de levantar os recursos financeiros do Acordo, num montante aproximado de US$ 200 milhões, com a finalidade de implementar uma estratégia de sustentação de preços, à semelhança da que hoje executa o Fundo de Bogotá para o café. Embora haja convicção no êxito de tal movimento, seus resultados só se evidenciarão a médio prazo.

No conjunto de decisões efetivadas pelos países produtores visando à sustentação de preços, a medida de maior fundamento e impacto foi tomada pela Costa do Marfim que, em face de uma conjuntura desfavorável do mercado, resolveu financiar a estocagem de amêndoas, retirando-se do mercado por prazo indeterminado.

No caso do Brasil, a política de comercialização externa dos produtos primários parece tomar novos caminhos a partir das medidas adotadas em dezembro de 1979, das quais destacam-se a desvalorização do cruzeiro e a criação de impostos de exportação para os produtos agrícolas de um modo geral, inclusive o cacau e seus derivados. Tais medidas foram julgadas, a princípio, como prejudiciais às indústrias semi-processadoras de amêndoas, pela redução das vantagens que vinham embutidas nas isenções fiscais e nos incentivos à exportação de produtos industrializados. Atualmente, os produtores consideram que com as mudanças na política de exportações primárias, houve maior poder de confisco sobre suas receitas do que sobre a dos moageiros. Isto porque, até então, os produtores brasileiros recebiam percentuais elevados dos preços de exportação,

após convertidos em cruzeiros. Agora, com a aplicação do Imposto de Exportação às amêndoas e derivados exportados (16%) o nível máximo alcançável é de 61% sobre a cotação FOB negociada, o que representa uma queda da ordem de 13% em relação aos níveis alcançados anteriormente.

Além disso, num mercado que passa por conjuntura baixista, a determinação oficial de fazer correções cambiais futuras sempre inferiores à taxa de inflação interna, sem que se tenha definido uma política realmente eficaz de sustentação dos preços no mercado externo, facilita a previsão de redução gradativa na remuneração do produtor brasileiro.

No plano específico da estrutura de produção, a região cacauicultora tradicional da Bahia tem sofrido, nos últimos anos, algumas mudanças na estratificação fundiária das propriedades, com o surgimento de maior número de produtores médios. Esse novo segmento de cacauicultores é, de um modo geral, formado por profissionais liberis radicados na região que, em face da conjuntura favorável do mercado a partir de 1975, e das facilidades creditícias oferecidas pelo governo, resolveram investir na cultura. Contudo, sem dispor de uma infra-estrutura de produção semelhante à dos grandes produtores (que contam com razoável percentual de mão-de-obra fixa) e sem contar com a possibilidade de utilização de mão-de-obra familiar, característica dos pequenos lavradores, esses novos cacauicultores passaram a disputar, em inferioridade de condições em relação aos grandes produtores, a mão-de-obra temporária necessária ao sistema de produção, justamente no momento em que esses trabalhadores escasseavam em função da expansão da cultura.

Assim, dentro desse quadro de preços reais comprimidos pela nova política de comercialização e de alta constante nos preços internos dos fatores de produção, a conseqüência é a redução da remuneração líquida do produtor. A menor rentabilidade dos empreendimentos induzirá os novos cacauicultores à alienação das propriedades, a fim de resgatarem os financiamentos obtidos e redirecionarem suas atividades. Os grandes produtores da região, com a possibilidade de adquirirem propriedades duplamente desvalorizadas (menor rentabilidade do empreendimento e elevado número de oferta de fazendas ao mesmo tempo), serão os grandes beneficiários da conjuntura desfavorável que se avizinha, levando à concentração da propriedade fundiária e aumentando as disparidades sociais na região.

Além disso, os grandes produtores são ainda beneficiados pela possibilidade de diversificação de suas lavouras (dentro dos programas creditícios especiais), forma encontrada para mobilizar as áreas disponíveis das grandes propriedades, em associação com o aprimoramento do sistema de produção de cacau visando a maior produtividade. Caso ocorra maior redução na rentabilidade da cultura, estes produtores poderão neutralizar as possíveis perdas com o produto principal, através de outras receitas, provenientes de lavouras formadas segundo os programas de diversificação mencionados.

A situação dos produtores de cacau da região Norte do país, instalados através dos projetos de colonização, deverá ser razoavelmente mais estável, visto que tais projetos abrangem sistemas de diversificação de culturas paralelamente à implantação de novos cacauais, possibilitando um equilíbrio maior dos rendimentos da propriedade, identicamente aos grandes produtores da Bahia.

Ainda como conseqüência da indefinição a respeito da política de exportações que será adotada para o setor, fica difícil prever o volume total de cacau a ser exportado pelo Brasil em 1980. No entanto, considerando-se que o Brasil consiga exportar a mesma quantidade de 1979 e que os preços inter-

nacionais se mantenham nos níveis atuais, 20% inferiores aos da mesma época do ano passado, o valor total das exportações brasileiras de cacau não deverá ultrapassar o patamar de US$ 800 milhões, ficando 16% abaixo do obtido em 1979.

CAFÉ

US$ 3 bilhões: um objetivo difícil para 1980

O IBC anunciou há aproximadamente dois meses, que o Brasil exportaria 15 milhões de sacas de café em 1980. Algumas semanas depois, esta meta foi oficialmente cancelada. As autoridades passaram a afirmar, apenas, que o país faria, este ano, um grande esforço de vendas, objetivando aumentar sua participação no mercado internacional e maximizar a receita de exportações de café.

Evidentemente, esta modificação de retórica pretende reduzir os efeitos baixistas decorrentes de um comportamento mais agressivo que o Brasil desenvolverá no mercado internacional. O anúncio da quantidade adicional que se deseja vender (mais 3 milhões de sacas do que em 1979); poderia ser considerado um indicador da disposição do país de renunciar à política de sustentação de preços. Em um mercado especulativo como o do café, quanto menos informações os demais participantes dispuserem a respeito de uma estratégia de vendas que se deseja implementar, maior a possibilidade de sucesso desta estratégia.

Assim, com a nova retórica, as informações realmente relevantes não ficam esclarecidas, pois se restringem a uma afirmação bastante vaga sobre um "grande esforço de vendas". E, uma vez definido o quadro estatístico do mercado, que aponta para uma situação de relativa estabilidade, as políticas de comercialização dos países participantes dos negócios com o café poderão determinar as tendências de preço a curto e médio prazos. Neste sentido, a coesão dos países produtores em torno do Grupo de Bogotá, e a forma pela qual o IBC tentará viabilizar a exportação da quantidade pretendida, são fatores de suma importância para a definição do comportamento futuro das cotações. Os acertos e erros que o Brasil e o Grupo de Bogotá cometerem, principalmente até meados de maio próximo, quando novamente as cotações serão influenciadas pelo risco de geadas no Brasil, determinarão as receitas de exportação dos países produtores em 1980.

O comportamento surpreendente das cotações do café a partir de maio do ano passado decorreu, justamente, de alguns desacertos dos principais países produtores (ver Agroanalysis, vol. 3 nº 9). Da mesma forma, os resultados pouco animadores das exportações de café do Brasil, em 1979, foram conseqüência de desacertos idênticos, demonstrando o perigo da indefinição de uma estratégia de vendas, principalmente quando o mercado está equilibrado.

Em maio, as cotações estavam oscilando pouco acima de US$ 1,50/lb-peso (ver Gráfico 1) quando, no final do mês, algumas regiões produtoras do Brasil foram atingidas por geadas. A resposta à incerteza quanto à extensão dos danos provocados pela geada foi imediata. Em junho, os preços aumentaram continuamente e romperam a barreira dos US$ 2,00/lb-peso.

A expectativa no mercado, na época, era de que as cotações se sustentariam acima daquele patamar até o início de agosto e, na medida em que fosse ultrapassado o período de maior risco de geadas, declinariam continuamente. Esta hipótese de comportamento dos preços era ainda reforçada pelo fato de que os importadores não poderiam se ausentar do mercado nos meses de frio, em função dos níveis reduzidos de seus estoques. Nos últimos anos, os importadores vêm adotando a prática de antecipar para abril, maio, e primeiros dias de junho, suas compras relativas a junho e julho. Isto porque, a partir de meados de maio até meados de agosto. o mercado apresenta-se

ainda mais nervoso do que habitualmente. Basta uma notícia referente à aproximação de uma massa fria das regiões produtoras brasileiras para provocar elevação substancial nos preços. No ano passado, contudo, a geada ocorreu antes que os importadores pudessem formar estoques. Assim, foram obrigados, a permanecer no mercado mesmo com os preços em forte ascensão.

No entanto, em julho, as cotações voltaram a declinar. A média semanal do primeiro futuro em Nova Iorque, na primeira semana de julho situava-se em US$ 2,1135/lb-peso, caindo para US$ 2,0041/lb-peso na última semana do mês. Em agosto, quando era esperado o início da queda dos preços, estes se elevaram, recuperando, com sobras, as perdas do mês anterior. Em setembro, segundo as previsões, o preço em Nova Iorque já deveria estar abaixo de US$ 2,00/lb. No entanto, a média das cotações da segunda semana daquele mês atingiu o nível recorde do período (US$ 2,2218/lb).

Este comportamento inesperado das cotações pode ser explicado por alguns desencontros das políticas de vendas dos principais países produtores. Em julho, alguns exportadores, tentando tirar proveito dos preços elevados, aumentaram de forma substancial suas vendas. Em agosto e setembro, ao contrário do previsto, o Brasil, que precisava vender café para alcançar a meta de exportar em 1979 entre 13 e 14 milhões de sacas, praticamente se limitou a procurar compradores para as vendas "frias", registradas no início de junho. Contribuiu também para a sustentação dos preços a participação bastante ágil do Grupo de Bogotá no mercado.

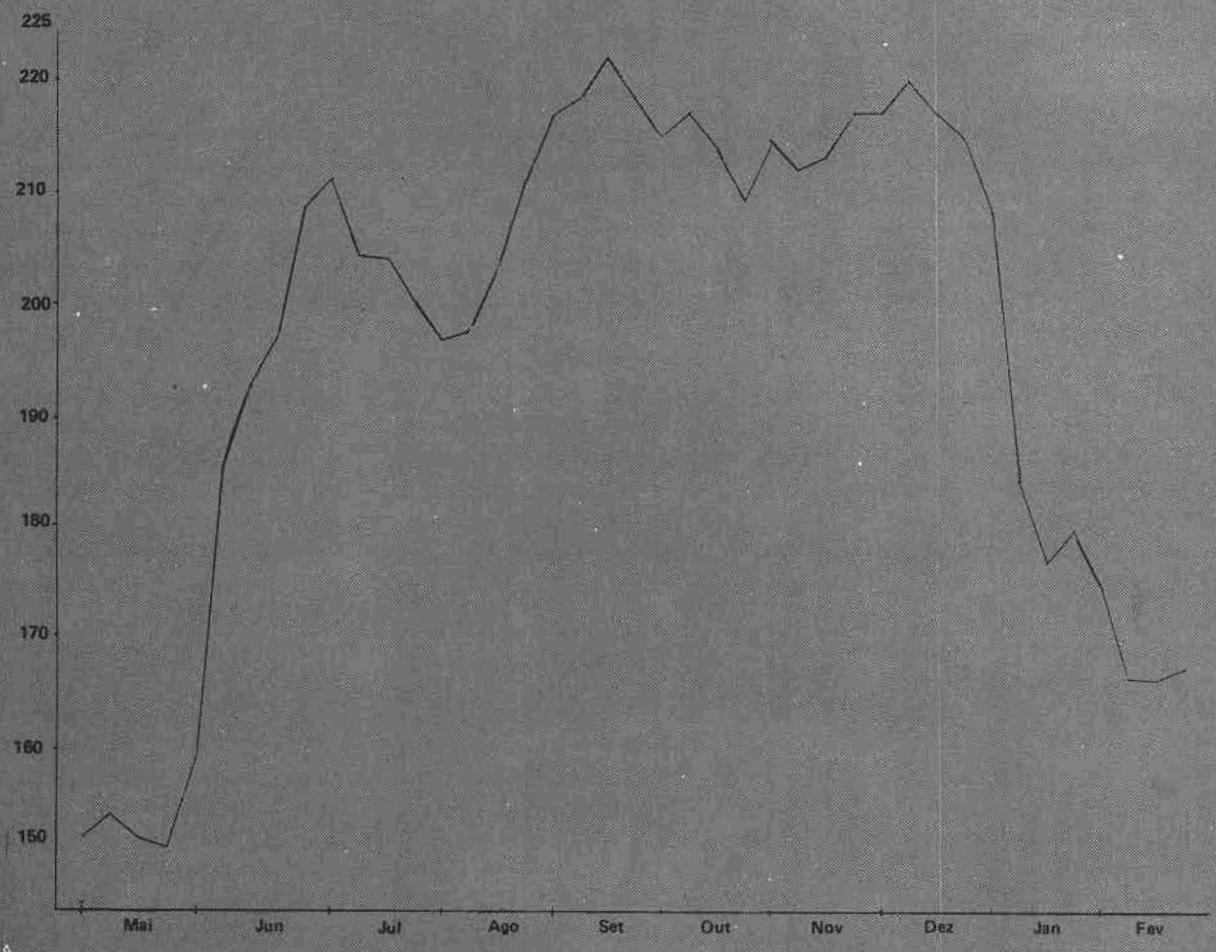
Em outubro e novembro, quando o Brasil era o único exportador em condições de vender grandes quantidades de café, o IBC manteve seu preço mínimo de registro elevado em níveis irreais. Este artifício de sustentação de preços internacionais, de que o Brasil em geral lança mão, só traz resultados positivos para o país em condições bastante especiais. Embora o objetivo inicial (sustentar os preços internacionais) normalmente seja atingido, este fato só beneficia o país quando a restrição de oferta é grande o suficiente para provocar uma elevação das cotações até o nível em que o Brasil se disponha a vender. Isto só é conseguido quando os demais exportadores não detêm estoques suficientes para fazer frente às necessidades imediatas das torrefadoras, ou quando aqueles países se dispõem também a reduzir suas vendas. Quando uma ou outra dessas condições não se verifica, os importadores restringem suas compras e esperam o momento em que o Brasil voltará ao mercado. Isto, porque a aquisição de café ao preço de registro brasileiro pode significar grande prejuízo, uma vez que é possível que, dias após o fechamento do negócio, o IBC reduza seu preço pela necessidade de dinamizar as vendas. Em outubro e novembro, enquanto o Brasil sustentava as cotações em níveis elevados, outros países vendiam o máximo possível de café. Ao Brasil restou apenas a saída de conceder descontos em dezembro para não ver frustrada sua segunda meta de exportação anunciada em 1979 (12 milhões de sacas), preservando, a duras penas, sua condição de maior exportador mundial. A partir do anúncio dos descontos do Brasil, as cotações declinaram continuamente, situando-se, em fevereiro, em nível pouco superior a US$ 1,60/lb.

Além disso, dois outros fatores contribuíram também para a queda dos preços em dezembro e janeiro: a situação de pouca liquidez financeira que o Grupo de Bogotá atravessava, impedindo que as intervenções em bolsa continuassem a ser empreendidas; e a divulgação das estimativas de produção do Brasil relativas às safras 1979/80 e 1980/81.

Após a geada de maio de 1979, o IBC estimou as colheitas das safras 1979/80 e 1980/81 em 19,5 e 19,0 milhões de sacas, respectivamente. Em fins de dezembro, a autarquia alterou suas previsões, fixando-as em 21,6 milhões e 21,2 milhões. Estas correções aumentaram em 4,3 milhões de sacas a disponibilidade brasileira para as duas estações, o que afetou negativamente as cotações internacionais.

GRÁFICO 1

CAFÉ – COTAÇÕES MÉDIAS SEMANAIS – 1º FUTURO
(BOLSA DE NOVA IORQUE)
1979



Agroanalysis, 4(3): 3-19,
março 1980

Quanto à colheita prevista para 1980, a quantidade a ser obtida dependerá não só do comportamento do clima, principalmente no período maio-julho, mas também da atitude do produtor em relação aos tratos culturais da lavoura. É sabido que a cafeicultura brasileira atravessa uma conjuntura de baixa rentabilidade. Uma situação que decorre, segundo alegam alguns produtores, da elevada participação percentual do confisco cambial no preço de exportação do café. Mas, na verdade, a má performance das vendas externas do Brasil, nos últimos meses, parece explicar melhor a questão.

A partir do início de janeiro, o preço interno do café vêm-se elevando lentamente, em conseqüência do grande volume exportado em dezembro, que obrigou os exportadores a aumentarem seu ritmo de compras para refazerem estoques. A partir do anúncio da redução do preço de oferta do café brasileiro (redução do preço de registro e concessão de descontos), a evolução das cotações em cruzeiros ganhou novo impulso. Nos últimos dias, uma saca de café vem sendo vendida acima de Cr$ 4.200,00.

Esta reativação dos negócios, provavelmente, reanimará o agricultor no sentido de realizar tratos culturais e de recorrer à adubação, apesar dos custos sempre crescentes dos fertilizantes.

Considerando-se as novas previsões do IBC, a disponibilidade interna de café no início de janeiro de 1980 situou-se em aproximadamente 18,5 milhões de sacas. Supondo que se confirme a atual previsão de produção para 1980/81 (21,2 milhões) e que as metas de exportação (15 milhões de sacas) e de consumo interno (6,8 milhões) se concretizem, a disponibilidade brasileira em janeiro de 1981 será da ordem de 17,9 milhões. Esta quantidade será suficiente para fazer frente aos compromissos de exportação e de consumo interno até a colheita da safra seguinte, quando o estoque remanescente será da ordem de 7 milhões de sacas, supondo mantidas as mesmas metas em 1981. Assim, a disponibilidade do produto não deverá constituir entrave ao aumento das exportações.

O quadro internacional, embora não aponte para uma situação de escassez, também não pode ser visto como de oferta abundante. Segundo a OIC, a produção mundial exportável do ano civil de 1980 é da ordem de 62,78 milhões de sacas, nível este levemente superior ao de 1979 (62,36 milhões de sacas). Por sua vez, a recuperação do nível de consumo internacional continua-se efetivando a taxas satisfatórias, embora a tendência à redução do consumo per capita ainda perdure. Segundo informações da empresa Gordon Paton, as importações norte-americanas (19,4 milhões de sacas de 60 kg de café verde em 1979) aumentaram cerca de 1,3 milhão de sacas em relação ao nível de 1978. As importações de café solúvel dos EUA, após declinarem em 1977 e 1978, atingiram, em 1979, nível muito próximo ao de 1976.

O quadro interno parece indicar que o pretendido aumento das vendas, a menos que ocorram problemas climáticos, como geadas, não encontrará dificuldades maiores a nível da produção interna. Quanto ao mercado mundial, salvo eventualidades climáticas ou problemas políticos em países produtores, a perspectiva é de relativo equilíbrio entre oferta e demanda, ao longo do ano que se inicia. Nestas condições, a tendência das cotações dependerá basicamente da atuação dos principais países exportadores no mercado.

Neste contexto, e tendo em vista a ambiciosa meta de receita de exportação (acima de 3 bilhões de dólares), torna-se imperioso que as autoridades governamentais definam, com toda cautela, a estratégia de vendas do Brasil para 1980. Os contratos de fornecimento firmados recentemente entre o IBC e duas empresas norte-americanas, apesar de animadores, pois montam a 2 milhões de sacas, não são ainda suficientes para compensar a má performance verificada em janeiro e fevereiro. As quantidades negociadas e o anúncio de que os descontos serão concedidos a todos os importadores, possivelmente atuarão como fator de promoção de novos negócios.

A nova sistemática de descontos estabelece, segundo se afirma no mercado, que os importadores receberão, a cada compra, avisos de garantia, que serão descontados na aquisição seguinte. Se realmente esta informação procede, o IBC deverá conseguir minimizar os efeitos baixistas da adoção da sistemática de descontos, a curto prazo.

Esta questão merece destaque, já que é de suma importância para os países exportadores a sustentação de preços até o início do inverno no Brasil. Esta sustentação precisará ser promovida artificialmente até abril-maio, quando a demanda será aquecida pela necessidade de formação de estoques nos países importadores que buscarão um relativo afastamento do mercado no período maio-julho. Nesta época, o risco de geadas no Brasil normalmente empresta aos negócios um nervosismo especial, situação que facilita em muito a tarefa de sustentar as cotações internacionais. No entanto, ainda será necessário grande esforço por parte dos exportadores para manter estáveis os preços até abril.

O sucesso desta empreitada dependerá principalmente do acerto com que se processem as intervenções do Grupo de Bogotá, cuja experiência, em 1979, mostrou-se satisfatória. Do ponto de vista do Brasil, no entanto, é possível que algumas modificações referentes à forma de sua participação no Grupo, permitissem maiores benefícios. Isto porque a participação financeira do Brasil no Fundo é elevada e o grau de controle do país sobre suas atividades não parece proporcional àquela participação. Adicionalmente, a sustentação dos preços do café robusta, em Londres, e do café de procedência latino-americana (exceto Brasil), em Nova Iorque, conforme promovida pelo Grupo de Bogotá, ampara apenas de forma indireta o preço do café brasileiro. Talvez seja interessante a reativação do contrato B, em Nova Iorque, que seria sustentado pelo Brasil, com recursos do Grupo de Bogotá. Esta modificação exigiria, no entanto, que o IBC renunciasse, até certo ponto, às atuais fórmulas de controle do mercado.

De qualquer forma, a meta brasileira de obter, em 1980, mais de US$ 3 bilhões com as exportações de café, não parece de fácil concretização, a menos que se verifiquem significativas modificações na oferta internacional do produto. Mesmo que o Brasil consiga vender 15 milhões de sacas, como inicialmente anunciado, teria ainda que alcançar um preço médio de US$ 200,00 por saca exportada (ou US$ 1,5119/lb). Até abril, caso não se verifique um agravamento da atual situação política de alguns países produtores, as cotações deverão situar-se entre US$ 1,50 e US$ 1,70/lb. Após o inverno, a tendência dos preços deverá ser declinante, se não ocorrer uma geada no Brasil ou qualquer outro fator capaz de modificar significativamente o quadro de oferta do produto. Portanto, a meta de receita de exportação não será facilmente atingida. Sua concretização, contudo, não é de todo impossível, embora venha a requerer, das autoridades brasileiras, grande habilidade na condução das negociações das vendas e no exercício da liderança entre os países produtores. ✱

CARNE

Consumo declina com a alta dos preços

A principal causa da estabilidade das cotações da carne bovina na presente safra decorre da incompatibilidade entre o nível alcançado pelos preços do produto e o atual poder aquisitivo do consumidor. Na verdade, a resposta do consumo às condições adversas de preços antecedeu as manifestações de boicote deflagradas neste início de ano. Pesquisas diretas da imprensa e de agências especializadas constataram que a retração da demanda de carne bovina já ocorria no primeiro semestre de 1979.

Em termos nominais, os preços médios de atacado das carnes de primeira e segunda qualidades evoluíram

diferentemente na região Centro-Sul. No período janeiro a novembro de 1979, enquanto as cotações do traseiro se elevaram em 83,7%, a carne de dianteiro sofreu um incremento de preços da ordem de 108,3%, em razão do aumento de sua procura motivado pelo seu menor preço unitário de comercialização.

Como o retorno aos níveis "normais" de produção de carne bovina é previsto apenas para 1982-83, permanecem, então, as condições básicas para mais dois anos de preços crescentes. É possível, no entanto, que a retração do consumo varejista induza a uma relativa estabilidade dos preços reais do produto.

A título de ilustração, compara-se, a seguir, o movimento recente dos preços do boi gordo com o ciclo pecuário anterior, que compreende o período 1969/1977, em que a fase crescente de preços atingiu o seu ápice em 1974. Entre janeiro e dezembro de 1973, verificou-se um acréscimo de preços reais da ordem de 40%. Já no mesmo período de 1974, os preços reais do boi gordo mantiveram-se relativamente constantes. Por seu turno, o ciclo atual de preços revelou,em 1978, entre janeiro e dezembro, um ganho real de 41%, num comportamento semelhante ao do ano de 1973. No entanto, a fase de preços crescentes prolongou-se em 1979, quando se verificou uma elevação de 16%, já descontada a inflação.

A continuidade da escalada dos preços da carne bovina no ano passado foi o estopim que deflagrou o processo de retração do consumo desse alimento. Muito embora não se disponha de dados atualizados de consumo de proteína, a análise do poder de compra dos salários fornece elementos que consubstanciam a referida queda no consumo. Entre 1974 e 1979 (anos de preços médios mais elevados, nos dois últimos ciclos pecuários), a relação salário mínimo/arroba do boi gordo baixou de 3,7 para 2,9, numa redução de 22%. Entre 1977 (ano de preços mais baixos e início do ciclo pecuário atual) e 1979, a queda do poder de compra salarial foi mais acentuada: a referida relação, que em 1977 era 5,3, reduziu-se em 45%. Ressalte-se, ainda, que a demanda no começo da década passada foi reforçada pelo mercado externo (em 1972, o país exportou 192 mil t de carne bovina), contribuindo para aquecer, ainda mais, o nível dos preços internos. Já nos últimos anos, a notória redução da produção de carne bovina, acoplada ao crescimento populacional, resultou em um acentuado descompasso no balanço oferta/demanda, criando condições para o expressivo movimento altista dos preços.

Pelo lado dos pecuaristas, os efeitos da retração do consumo serão mais fortes nesta safra, frustrando as expectativas de preços reais crescentes até 1982. O alto nível de preços praticado e a resultante retração da demanda levarão as cotações a nivelarem-se num patamar igual ou mesmo abaixo do atual. A previsão em voga de Cr$ 1.500,00/1.600,00 por arroba, na próxima entressafra, resulta da aplicação de uma taxa inflacionária próxima de 60%, no presente ano. As cotações em julho de 1979, no estado de São Paulo, eram de Cr$ 671,00 por arroba de boi gordo, evoluindo para Cr$ 1.087,00 em novembro, com uma variação de 62%. No mesmo período, os preços de atacado se elevaram 42% e 45%, respectivamente, para traseiro e dianteiro. Tal época corresponde a uma fase de abates reduzidos, em que a maior parte da carne consumida é originária dos estoques formados durante a safra (1º semestre). Essa forma de abastecimento fez com que a retração do consumo varejista não atingisse diretamente o produtor.

A princípio, o movimento de boicote à carne bovina é questionável, pois se trata de um alimento proteínico essencial, de substituição problemática em termos quantitativos. A maior demanda por animais de ciclo menor, como frango e suínos, é a conseqüência natural desse movimento, já que é difícil acreditar que o consumo de proteína animal, de qualquer origem, deixe de ser praticado, pelo segmento da população que, apesar da faixa crítica de poder aquisitivo em

que se situa, ainda tem algo a sacrificar em favor de uma alimentação mais saudável. No entanto, o ajuste de produção requerido para que se altere a relação entre as quantidades produzidas de carne bovina e de carnes alternativas exige um tempo apreciável para sua efetivação. No curto prazo, o boicote acaba resultando em uma procura maior por outras fontes alternativas de suprimento, provocando aumento nos preços da carne de porco, de frango, de peixe e até nos preços do ovo, como vem ocorrendo recentemente.

Nos últimos anos, a partir do início da fase de liquidação do rebanho, as fêmeas passaram a compor parcela significativa da produção total de carne bovina. Com a queda dessa participação de 1977 para 1979, a produção total de carne caiu mais em função da subtração do abate de fêmeas do que propriamente pela menor oferta de boi gordo. De 1977 para 1978, a redução total de abates, no Centro-Sul do país, foi de 12%; nesse período, o sacrifício de fêmeas reduziu-se em 31,5%, enquanto a redução de machos abatidos foi de apenas 2,1%. De 1978 para 1979, o quadro se amplia: no período janeiro/outubro os abates de fêmeas decresceram 60,5% e os de boi gordo 1.7%.

Em 1980, o mercado ainda restringe a matança de fêmeas, e a oferta de boi gordo para a safra atual (animais nascidos em 1976 e abatidos com 3,5 a 4 anos) deverá ser menor do que a do ano passado, pelo fato de os nascimentos terem caído de 1975 para 1976. Essa queda na oferta de boi gordo deverá permanecer até 1981, quando serão abatidos os animais nascidos em 1977, ano de maior taxa de abate de fêmeas (31% do total). Nos anos seguintes, a oferta de boi gordo deverá crescer, pois de 1978 para cá, a natalidade voltou a crescer em função do menor sacrifício de fêmeas.

A normalização do nascimento de bezerros a partir de 1979 e o menor crescimento relativo das cotações no mercado de reposição, influenciaram as cotações do boi gordo nesta safra, uma vez que a reposição representa a maior parcela na formação do preço final do boi gordo. Para bezerros, as cotações em valor real se elevaram em 40,4% em 1977 e 63,4% em 1978 (janeiro a dezembro). Já em 1979 (janeiro-novembro), o aumento das cotações foi de 50,5%. Para boi magro, nos anos considerados, os acréscimos foram de 32,4%, 45,8% e 32,8%, mostrando, assim, que já há um esfriamento neste mercado, onde o invernista faz suas aquisições.

O abastecimento interno de carne bovina é, em sua maior parte, disciplinado pela portaria 50 da SUNAB, que estabelece margens móveis de preços no varejo. Ou seja: o retalhista tem margem de comercialização de 20% (carne sem osso) e 45% (carne com osso) sobre o valor da nota de atacado. Por outro lado, a carne bovina de preço controlado pelo governo e distribuída pelos supermercados do Rio, S. Paulo e Brasília, somada ao volume comercializado pela rede SOMAR, representa pouco mais de 10% do total transacionado no mercado. Esse montante diretamente administrado pelo governo tem uma função mais política (controle inflacionário), do que propriamente de regularização do mercado. Em 1980, essa parcela terá uma expressividade ainda menor, em face da decisão oficial de não formar estoques reguladores, através da COBAL.

A sistemática de compras pela COBAL durante o período de safra interessa sobretudo aos frigoríficos, na medida em que a efetivação dessas compras implica a destinação às indústrias de um montante significativo para financiar a aquisição de boi gordo, em condições mais favoráveis do que as dos empréstimos a juros de mercado. O sistema de pagamento das indústrias aos pecuaristas envolve um prazo mínimo de 30 dias, a partir da data de contratação da venda. Assim, o frigorífico conta com uma folga para o seu desembolso efetivo; a vantagem relativa aumenta, ainda mais, pois a captação dos recursos com a venda do produto aos retalhistas é imediata. Por outro lado, o desembolso das indústrias concentra-se no primeiro semestre do ano, correspondente ao período de

safra (no período 1970-78, o índice de variação estacional médio dos abates do mês de maio – pico da safra – foi 160 contra 60 em outubro, mês de menores abates). Outras sutilezas ainda envolvem a política oficial de estocagem. A COBAL não tem controle (posse) físico da carne adquirida pois, na verdade, o sistema funciona na base do acordo. De um lado, os frigoríficos se comprometem a atender a determinados mercados a preços estipulados pelo governo, tanto na safra como na entressafra. A contrapartida oficial envolve a destinação de crédito às indústrias. Na hipótese de tais empresas alegarem, como de praxe, aperto financeiro após março (época de intensificação da safra), criando obstáculos à aquisição de todos os animais prontos para abate, ter-se-á cristalizado um importante elemento de pressão para o recebimento, em maior escala, da referida contrapartida. Em todo caso, o que não deve ocorrer é a simples diminuição de abate motivada pelo fato de a COBAL não estocar carne congelada para distribuição na próxima entressafra.

Na verdade, para a formação de estoques reguladores de carnes não se dispõe de uma quantidade apreciável de carnes substitutas à bovina. Dessa forma, não se justifica o excesso de otimismo, revelado ultimamente, com relação à possibilidade de se estocar carne ovina. No Rio Grande do Sul (55% do rebanho de ovinos do país), estudos da Comissão Estadual de Planejamento Agrícola projetam a produção de carne ovina para 1980 em 32.548 t e, para 1985, em 38.330 t. Vê-se, pois, que a produção atual é pouco significativa, representando apenas cerca de 1,5% da produção de carne bovina. Além disso, as perspectivas futuras desaconselham otimismo para com a participação desse tipo de carne no abastecimento nacional. O estudo revela, ainda, que aproximadamente 30% dessa produção se destina ao auto-consumo e que 95% do rebanho gaúcho tem na lã a sua principal atividade (cerca de 70% da produção de carne provém do descarte de animais dentro desta especialização).

Por último, deve-se considerar a recente investida do governo em condicionar ao regime de "draw-back" a exportação de carne industrializada. O sistema já foi adotado em anos anteriores, mas não em uma conjuntura de preços como a atual, quando a arroba de boi gordo, na Argentina, é cotada em Cr$ 1.450,00. O Brasil conseguiu o mercado de carne industrializada na década de 70, e sua manutenção deveria ser vista pelos pecuaristas como um fortalecimento da demanda por bovinos, dentro de uma perspectiva de aumento da participação futura do país no comércio internacional de carne. Restringir estas vendas, hoje, pode comprometer o ganho de parcelas adicionais desse mercado. No momento, não há condições para se operar dentro do "draw-back", e a carne industrializada a ser exportada deverá mesmo sair da produção nacional, o que significa, aos números do ano passado, redução de cerca de 80 mil t de carne no mercado interno e contribuição de cerca de US$ 120 milhões para a balança comercial ●

LEITE

Remuneração ao produtor cai em termos reais

A política de preços de leite, implementada nos últimos anos, vem sendo considerada pelo setor como altamente desestimulante. Na verdade, verifica-se que, de um modo geral, os reajustes concedidos dentro dessa política não têm proporcionado uma remuneração justa ao produtor, mantendo-se sempre defasados em relação à escalada inflacionária.

De outubro de 1974 a julho de 1978, o valor real do litro de leite sofreu uma queda de 2%. Estendendo tal período até a data do último reajuste, ou seja, novembro de 1979, a queda do valor real fica em torno de 5%. Atualmente, à medida

que a concessão de um novo reajuste vai sendo adiada, deteriora-se mais ainda o poder de compra do produtor. Desse modo, a almejada capitalização do setor não se consuma, principalmente nas pequenas e médias propriedades de onde provém o grosso da produção.

Vez por outra, a política se mostra menos madrasta, como em 1977, quando foi concedida uma majoração de 52%, acima da taxa inflacionária do período. Na época, esse reajuste colocou os preços, em termos reais, 4% acima das cotações de outubro de 1974 que, por sua vez, haviam-se desvalorizado 12% até março de 1977, quando da concessão da primeira parcela do reajuste. Mas o ano de 1977 foi marcado por graves crises de abastecimento de leite C, tendo as importações de leite em pó ultrapassado a casa das 40 mil t. Em 1980, aparentemente, caminha-se na mesma direção.

Além do preço nada atrativo recebido pela matéria-prima, o produtor ainda tem que arcar com os custos do frete, em alta constante em face da crise energética. É relevante mostrar, contudo, que o subsídio ao transporte, retirado em fins do ano passado, não beneficiava o produtor mas tão somente a indústria no chamado segundo percurso, ou seja, da usina de recepção ao grande centro urbano consumidor. Além disso, esse diferencial fazia com que, muitas vezes, o consumidor do interior se visse privado do produto, tendo em vista que, pela razão mencionada, uma maior parcela do leite produzido era destinada às capitais.

Diante desse quadro desestimulador, é sintomático, pois, que o governo não se mostre sensível às ameaças da classe produtora de cessar a atividade leiteira. Obviamente, é difícil acreditar na desativação de um setor de imensurável importância para o abastecimento do país. Despreocupar-se, no entanto, com o fato de que essas manifestações não possam-se traduzir em menor oferta de leite à população seria perigoso, porque a estrutura mista do rebanho brasileiro dá base a essa possibilidade.

Excluindo-se regiões como o Vale do Paraíba, em São Paulo, e o Sul de Minas Gerais, que possuem um rebanho mais especializado na produção de leite, a realidade do rebanho do país é outra. A título ilustrativo, somente em Minas Gerais, o rebanho misto representa 25% da população bovina do estado, facultando ao produtor a opção de ofertar leite à usina ou engordar o bezerro. Isto quer dizer que ante perspectivas desfavoráveis para o mercado leiteiro e remunerativas para o de carne, uma parcela da produção de leite pode ser subtraída do mercado, em favor da produção de carne. A relação de preços entre os dois produtos constitui, pois, um fator a influenciar permanentemente as decisões do produtor de leite.

Em 1974, no auge do ciclo pecuário anterior, quando a demanda de carne era reforçada pelo mercado externo, o preço relativo carne/leite(*) chegou a 8,91. Em 1976, tal relação caiu para 5,62, em meio à crise do mercado de carne bovina. Em 1979, ocorreria a recuperação da carne, com o preço relativo atingindo 9,17, o maior verificado até então. Como se vê, a vantagem comparativa para a produção de carne é evidente. E como oferta e demanda estão praticamente em equilíbrio, as menores oscilações que venham a ocorrer no mercado poderão gerar problemas de abastecimento de leite.

Especificamente no caso das bacias leiteiras, como a de Goiás, localizadas longe dos grandes centros consumidores, o custo elevado do frete reforça as vantagens comparativas da produção de carne. Naquele estado, quando o preço do leite era tabelado a Cr$ 7,50 por litro, a faixa de preços recebidos pelo produtor oscilava entre Cr$ 5,00 e Cr$ 7,00/l uma vez que sôbre ele incide tal encargo. Com base nesse exemplo, torna-se evidente que o redirecionamento do setor produtivo, em alguns casos induzido por medidas governamentais, pode comprometer o

(*) Calculado da seguinte forma: preço do kg do animal vivo sobre o preço do litro de leite, ambos a nível de produtor.

abastecimento de leite dos grandes centros. Para se ter uma idéia da magnitude do problema, basta dizer que uma única empresa de São Paulo coleta diariamente, em Goiás, 250 mil l de leite.

Outro aspecto de influência imediata na oferta de leite é o valor que a fêmea alcança, quando levada ao abate. Os ventres férteis subtraídos do rebanho nacional, nos últimos anos, tiveram certamente influência na produção de leite, devido à extensão do rebanho misto no país. Recorde-se que em 1977, ano de crise no abastecimento do leite, os preços eram desanimadores tanto para carne quanto para leite, tendo ocorrido, por essa razão, matança de fêmeas acima da taxa normal de reposição.

Atualmente, não se pode assegurar que tenham totalmente desaparecido as causas financeiras que levaram ao sacrifício de fêmeas. Dados do Instituto de Economia Agrícola de São Paulo revelam que, em novembro de 1979, uma fêmea de 13 arrobas obtinha um preço médio de Cr$ 12.500,00, nos matadouros paulistas. Para o mesmo mês, cotação média da vaca leiteira de baixa produtividade (até 5 l/dia) era de Cr$ 12.600,00; de Cr$ 16.682,00 para a produtividade de 5-10 l/dia e de Cr$ 21.497,00, para produtividade acima de 10 l/dia. Em função desse baixo rendimento láctico e alcançando o mesmo valor para abate, as vacas de baixa produtividade podem obviamente ganhar o rumo dos frigoríficos. A conclusão a que se chega é que, pelo fato de ser o rebanho leiteiro ainda constituído de vacas de baixo rendimento, a atratividade do abate torna-se uma permanente espada de Dâmocles sobre o abastecimente interno de leite.

Por outro lado, o rígido controle de preços do leite pasteurizado, em virtude de seu peso no índice de custo de vida, tem levado o mercado a assistir à implementação de medidas paliativas, ao invés de soluções de longo prazo. E, na maioria das vezes, essas medidas visam a atender a interesses de segmentos mais fortes do setor, como a indústria de transformação, ou satisfazer à parte do setor de produção leiteira que se dedica ao leite B, numa tentativa de provê-lo de maior rentabilidade.

Assim, o consumidor conta, durante parte do ano, com o leite tipo C normal, isto é, com 3% de gordura, mas que passa inopinadamente a ter 2% de gordura em outra época. Outrora, essa redução do teor de matéria gorda se restringia à entressafra. Na temporada atual, no entanto, ela se faz presente em plena safra. A justificativa para a mudança do teor de gordura é variável. Ora baseia-se na necessidade de reposição dos estoques de manteiga da indústria (em 1978, trocou-se manteiga por leite em pó, esvaziando os estoques de manteiga do país), ora na exigência de matéria gorda para reidratar o leite em pó na entressafra. No entanto, a medida evidencia mais um expediente para manter a margem de comercialização da indústria sem alterar o preço ao consumidor, a fim de evitar pressão maior nos índices inflacionários. Registre-se, no entanto, que o valor da gordura retirada do leite (Cr$ 0,31/l) não é repassado ao produtor.

Pelo leite B, que não difere substancialmente do tipo C normal (3% de gordura), o criador que se dedica à sua produção (geralmente concentrada em São Paulo) recebe um pagamento unitário maior, alcançando seu preço, no varejo, o dobro do tipo C. A produção de leite B, em 1979, aumentou 114% em relação a de 1978, enquanto o leite C (3% de gordura) decrescia 20% e o tipo C (2% de gordura) quadruplicava para 363 milhões de litros. A diminuição do teor de gordura, além dos malefícios causados à população de baixa renda, ao ser obrigada a consumir um leite mais fraco, só tem beneficiado os produtores de leite B.

A reconstituição de leite, que passou de 113 milhões de litros em 1974, para 647 milhões de litros, em 1978, proporciona uma vantagem à indústria pela diferença de preço da matéria-prima para estocagem na safra, e o preço de sua venda quando reidratado. Pelo sistema atual, estabele-

cido pelas indústrias, de pagamento através de quotas mensais de acordo com o histórico de entrega de cada produtor,este recebe preço de tabela pela entrega dentro da quota,durante o ano,e um preço menor pelas entregas extra-quota, que ocorrem geralmente na safra. Desse modo, a indústria acaba pagando um valor médio por litro abaixo da tabela. Em São Paulo, segundo o IEA, no período novembro 1978 a junho de 1979, o preço médio pelo leite entregue dentro da quota foi de Cr$ 4,25/litro, enquanto o produto excedente foi entregue à base de Cr$ 3,16/litro. Tal diferença de preço não é considerada quando o produto chega ao consumidor, ao qual é vendido a preço único e com o teor de gordura de 2%.

A safra atual não transcorre dentro da normalidade esperada. Estima-se que haverá uma redução no volume de leite em face da precária recuperação das pastagens do sul de Minas e parte de São Paulo, atingidas por forte geada em 1979. Além disso, é marcada pelo descontentamento do produtor quanto ao preço do produto. A redução na produção, seqüela da geada, tem servido de fundamento às manifestações reivindicatórias do produtor. Sendo assim, o fator preço deve contribuir para uma menor coleta de leite.

De imediato, pode-se prever o agravamento do abastecimento de entressafra, uma vez que será difícil estocar 35 mil toneladas de leite em pó, previstas anteriormente, podendo novamente serem acionadas as importações para evitar uma crise no mercado no segundo semestre. Normalmente, as importações são efetuadas da Comunidade Econômica Européia, mas os níveis mais baixos dos estoques de leite em pó, existentes naquela região, não favorecem as importações. Isto porque das 970 mil toneladas de leite em pó, estocadas em julho de 1977, só restavam, naquela Comunidade, 664 mil t, em janeiro de 1979, com previsão de que chegariam a 218 mil t, em janeiro de 1980. Felizmente, ainda há disponibilidade. É certo, porém, que se anteriormente a alta estocagem facilitava as decisões de importação para o abastecimento interno, a partir de agora tal fato não ocorre mais, devendo ser encarada com mais racionalidade a questão da produção interna de leite. ●

PANORAMA AGROPECUÁRIO

PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

GUIA DE LEITURA
Sugere-se que a leitura obedeça a seguinte ordem:
1º – Posição da última quinzena
2º – Comparação percentual com o passado (Posição de um ano antes e Posição de um mês antes)
3º – Comportamento dos futuros
4º – Perspectivas dos próximos 30 dias com seus respectivos fatores ponderáveis.

PREÇO / PRODUTO	Posição real* um ano antes	Posição nominal um mês antes	Posição da última quinzena	Posição Nominal de Futuros 80 mar / 80 mai / 80 jul / 80 set / 80 nov / 81 jan / 81 mar	Perspectivas dos próximos 30 dias	Fatores Ponderáveis
AÇÚCAR RAW MERC.–N.YORK US ¢/lb–peso Fonte: Reuters	-60%	-21%	22,67 (mar)	+12% / +16%	↘	F.O. Licht em sua segunda estimativa da safra mundial 79/80 prevê redução em 1 milhão de toneladas da estimativa de produção anterior, estimulando nova alta dos preços.
ALGODÃO 1-1/16"M-Memphis MERC.–N.YORK US¢/lb–peso Fonte: Reuters	-19%	-9%	81,54	+3% / -5%	→	– Compras chinesas de mais de 3 milhões de fardos, para embarque este ano, favorecem a sustentação das cotações. – Situação de aperto no consumo interno dos EUA, em razão da grande quantidade a ser exportada.
CACAU BAHIA MERC.–N.YORK US ¢/lb–peso Fonte: Reuters	+18%	0%	138,16 (mar)	+1% / +4%	→	Vendas da Costa do Marfim têm sua influência baixista compensada por sustentação especulativa do mercado por parte de outros países produtores.
CAFÉ SANTOS MERC. – N.YORK US ¢/lb–peso Fonte: Reuters	-20%	+2%	168,51 (mar)	+4% / +8%	→	Preços alcançam nível irrealisticamente elevado, graças às intervenções do Grupo de Bogotá e às condições políticas em alguns países produtores.

*** Valores deflacionados pelo IPA norte-americano, do INTERNATIONAL FINANCIAL STATISTICS – FMI; para os preços futuros, usa-se a média ponderada dos deflatores dos últimos três anos.**

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, o GIA não pode garantir. Nossas opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudança, independentemente da ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugerimos contato com nossos técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões. (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	Posição real* um ano antes	Posição nominal um mês antes	Posição da última quinzena	Posição Nominal de Futuros 80 mar	80 mai	80 jul	80 set	80 nov	81 jan	81 mar	Perspectivas dos próximos 30 dias	Fatores Ponderáveis
MILHO TWO YELLOW MERC. – CHICAGO US ¢/bushel Fonte: Reuters	-2%	-3%	252,15	+7%						+28%	➡	Maior demanda pelo produto norte-americano, com a quebra das safras argentinas de milho e sorgo e aumento do consumo interno de rações, nos EUA, contrabalançam efeitos baixistas da grande disponibilidade internacional de grãos.
SOJA - GRÃO ONE YELLOW MERC. – CHICAGO US ¢/bushel Fonte: Reuters	+24%	-1%	629,45	+2%						+20%	➡	Aumento substancial das exportações norte-americanas nos dois primeiros meses do ano, quando aquele país é praticamente o único ofertante no mercado internacional.
SOJA FARELO MERC. – CHICAGO US$/T. Fonte: Reuters	+21%	+6%	171,00	+4%					+19%		➡	De janeiro a março, o esmagamento total da oleaginosa deverá crescer 11% contra um aumento de 6,3% no mesmo período do ano anterior.
TRIGO SOFT RED MERC. – CHICAGO US ¢/bushel Fonte: Reuters	-3%	+4%	427,50	+4%						+19%	➡	Segundo o USDA, a produção da gramínea na URSS e China deverá ser respectivamente 5 e 22% superior à última estimativa.

*Valores deflacionados pelo IPA norte-americano, do INTERNATIONAL FINANCIAL STATISTICS – FMI; para os preços futuros, usa-se a média ponderada dos deflatores dos últimos três anos.

Agroanalysis, 4(3): 20-25, março 1980

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

GUIA DE LEITURA
Sugere-se que a leitura obedeça a seguinte ordem:
1º – Posição da última quinzena
2º – Comparação percentual com o passado (Posição de um ano antes e Posição de um mês antes)
3º – Perspectivas dos próximos 30 dias com seus respectivos fatores ponderáveis.

PREÇO / PRODUTO	Posição real* um ano antes	Posição real * um mês antes	Posição da última quinzena	Perspectivas dos próximos 30 dias	Fatores Ponderáveis
ALGODÃO Tipo 6–Sul do BR MERC. – SP Cr$/15 kg Fonte: Bolsa de Mercadorias de SP	+25%	-1%	757,38	➡	– Colheita paranaense ainda reduzida em função das chuvas. – Suprimento das indústrias é normal, não havendo problemas de abastecimento interno.
ARROZ Amarelão-Est.Cen. MERC.–SP Cr$/sc. 60 kg Fonte:Bolsa de Cereais de SP	-4%	+26%	1.050,00	➡	Tabelamento e ameaça de confisco de possíveis estoques especulativos geram efeitos psicológicos capazes, possivelmente, de desaquecer cotações.
CAFÉ Tipo 7/8 MERC. – RJ Cr$/sc 60 kg Fonte:Cent. do Com. de Café do RJ	+7%	-3%	3.428,57	↘	Permanece forte a retenção do produto no interior. A demanda também se mantém aquecida graças à reativação das exportações.
BOI GORDO – MERC.–Pres.Prud. Cr$/arroba Fonte: IEA–SP	-5%	+6%	1.050,00	↘	Provável estabilidade nominal. Contudo cotações não devem descer abaixo de 1.000/@. A oferta de animais para abate ainda não se encontrará em nível normal na safra de 80.

*** Valores deflacionados pelo IGP, col. 2, CONJUNTURA ECONÔMICA – FGV**

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, o GIA não pode garantir. Nossas opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudança, independentemente da ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugerimos contato com nossos técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões. (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	Posição real* um ano antes	Posição real * um mês antes	Posição da última quinzena	Perspectivas dos próximos 30 dias	Fatores Ponderáveis
FEIJÃO Preto Comum MERC. – SP Cr$/sc. 60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	-32%	sem cotação no mês anterior	1.255,20**		Feijão preto começa a escassear nos supermercados do Grande Rio.
FRANGO Vivo MERC. – SP Cr$/kg Fonte: APA	+1%	+13%	29,07	↘	Acordo de cavalheiros entre produtores avícolas e produtores de insumos fixa preço máximo de Cr$ 32,00/kg, até 30/04.
MILHO Amarelo Semi-duro MERC. – SP Cr$/60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	-27%	+8%	322,14	↗	Intensificação do período de safra.
SOJA-GRÃO Industrial MERC. – SP Cr$/60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	+3%	+4%	512,14	→	O início da colheita no Paraná é contrabalançado pela incerteza no que diz respeito à comercialização externa do produto.

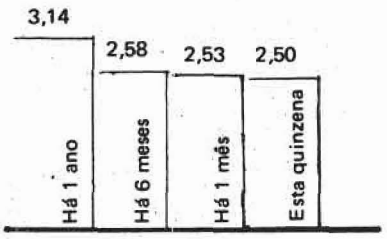
* Valores deflacionados pelo IGP, col. 2, CONJUNTURA ECONÔMICA – FGV

** Produto tabelado.

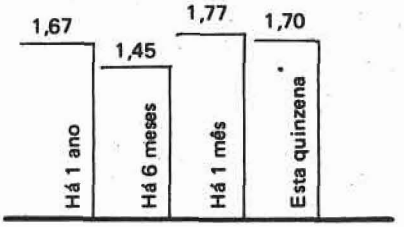
Agroanalysis, 4(3): 20-25, março 1980

PREÇOS RELATIVOS – MERCADO EXTERNO

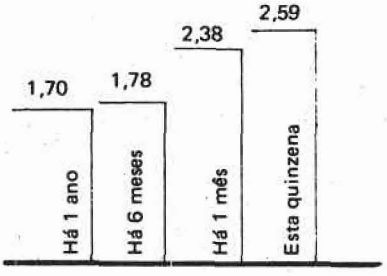
Soja / Milho



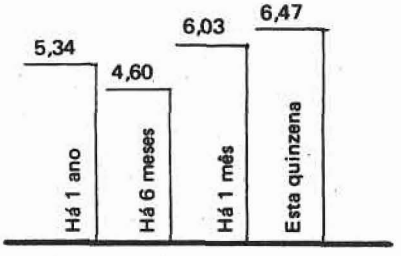
Trigo / Milho



Algodão / Soja



Algodão / Milho

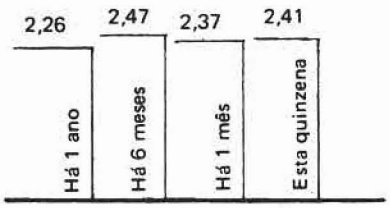


FONTES – Algodão: Reuters, Cotton World Statistics. Soja, Milho e Trigo: Reuters, Commodity Year Book.

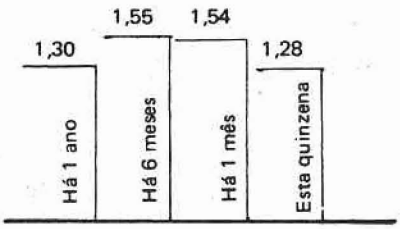
NOTA: O preço relativo soja/milho apresenta, esta quinzena, uma ligeira queda (1,2%) frente ao nível de há 1 mês atrás. No período, verificou-se um incremento de 1,5% nos preços da soja, paralelamente a uma maior recuperação de preços do cereal após o impacto baixista do embargo das exportações norte-americanas de grãos à União Soviética. O maior volume de consumo interno de rações, nos EUA, soma-se à firmeza da demanda externa, consubstanciando o recente movimento de alta dos preços do milho. *** Contrariamente, esta quinzena, o mercado do trigo registra uma queda de 1,4% em relação à posição de há 1 mês. O desenvolvimento normal da safra do Hemisfério Norte, bem como a melhoria das condições climáticas na China, foram os principais fatores responsáveis pelo arrefecimento das cotações do trigo, na Bolsa de Chicago. Por conseguinte, a relação de preços trigo/milho denota, no período considerado, uma redução de 40%. *** O aumento de 8,8% registrado, esta quinzena, no preço relativo algodão/soja, em relação àquele de há 1 mês antes, traz embutido uma elevação de 1,5% no preço da soja, no período, face aos prejuízos que vem sofrendo a safra argentina do grão em conseqüência às desfavoráveis condições climáticas daquele país, que podem induzir a perdas em torno de 20%. Também o mercado de algodão encontra-se em acelerado processo de valorização, tendo o preço da fibra, na última quinzena, se elevado em 10,4%. Atribui-se tal fenômeno ao fato de o último relatório oficial norte-americano do mercado algodoeiro ter não só elevado sua estimativa de exportação em quase 7% como também diminuído sua previsão de "carry-over" em 10%, ambos os fatores tendo agitado as transações com o produto. *** Face ao referido aumento dos preços do milho, a recente valorização do mercado algodoeiro resulta em uma alta de 7,3% no preço relativo algodão/milho, esta quinzena em relação ao nível de 1 mês atrás. Ressalte-se, por outro lado, a expressiva trajetória ascendente encetada por este preço relativo, desde há 6 meses.

PREÇOS RELATIVOS – MERCADO INTERNO

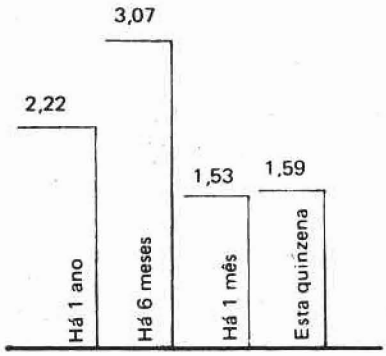
Boi Gordo / Frango Vivo



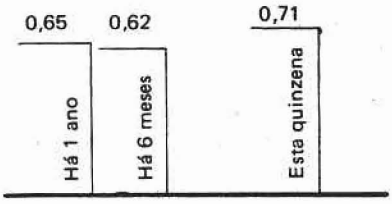
Frango Vivo / Ração Ave Corte



Soja / Milho



Feijão Preto / Feijão a Cores



FONTES – Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP. Frango Abatido e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agric. SP e APA. Feijão Preto, Feijão a Cores, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.

*** Na presente quinzena, o preço relativo boi gordo/frango vivo registra valor levemente superior (1,7%) àquele de há um mês atrás. No período o decréscimo de 4,4% observado na cotação do boi gordo, em razão da entrada da safra, conjugada à diminuição de 6% verificada no preço da ave explica esta ocorrência, contribuindo para alterar o perfil tradicional do complexo carne, com a ampliação do consumo de carne de aves. *** O setor avícola, por sua vez, continuou, na atual quinzena, a conviver com alta dos custos de produção, uma vez que, conjugado ao decréscimo do preço da ave, registrou-se um aumento bastante significativo (13%) no preço da ração. Observe-se que, sendo o fator de conversão alimentar para frango de corte da ordem de 2,5 e sendo a ração responsável por, aproximadamente 70% do custo total da ave, pode-se considerar como nível de prejuízo para o setor todo aquele em que o preço relativo frango/ração situar-se abaixo de 3,6. *** A paulatina redução das entradas de feijão de cores em São Paulo, à medida em que as zonas produtoras passam a dedicar-se ao plantio da safra da seca, explica o aumento de 10% verificado na cotação desta quinzena em relação àquela de há 1 mês. Por outro lado, a quebra da última safra da leguminosa pode ser responsabilizada pelo fato de o atual preço ser 145% superior, àquele de há 1 ano. A manutenção do tabelamento do feijão preto, por sua vez, deverá contribuir para manter descendente este preço relativo. *** O começo da safra nacional de milho, traduz um decréscimo de seu preço, aliado à leve elevação da cotação da soja (respectivamente, - 1,5% e +2,4%, esta quinzena em relação há 1 mês antes) explicam o novo preço relativo soja/milho. Este, por sua vez, situa-se em patamar bastante inferior àquele de há 6 meses, quando encontrava-se tabelado o preço do cereal.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social, e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 – Caixa Postal: 9.052 – ZC-02
Tel: 266-1512
CEP: 20.000 – Rio de Janeiro – RJ

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Alberto Sá Souza de Brito Pereira, Carlos Medeiros Silva, Eugenio Gudin, José Joaquim de Sá Freire Alvim, Isaac Kerstenetzky e Octávio Gouvêa de Bulhões.

CONSELHO CURADOR
Presidente: Maurício Nabuco
Vice-Presidente: Alberto Pires Amarante
Membros: Aldo Batista Franco, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antônio Garcia de Miranda Netto, Antônio Ribeiro França Filho, Apolônio Jorge de Faria Salles, Celso Timponi, Cesar Reis de Cantanhede e Almeida. Estado de São Paulo –, representado por: Murilo Macedo, Francisco Montojos, Heitor Campello Duarte, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, João Carlos Vital, Joaquim Bertino de Moraes Carvalho, José de Nazaré Teixeira Dias, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rafael da Silva Xavier, Rubens D'Almada Horta Porto e Theodoro Arthou.

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Membros: Eugenio Gudin, Angelo Jorge de Souza, Janes Angelo de Souza, Julian Magalhães Chacel e Mário Henrique Simonsen.
Assessor de Direção: Jorge Kingston

DEPARTAMENTO DE ENSINO
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Carlos Geraldo Langoni

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS
Diretor: Julian Magalhães Chacel

Divisão de Contabilidade Social
Diretor: Angelo Jorge de Souza
Centro de Contas Nacionais – Ralph Miguel Zerkowski
Centro de Estudos Fiscais – Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais – Eden Gonçalves de Oliveira

Divisão de Estatística e Econometria
Diretor: Janes Angelo de Souza
Centro de Estudos Agrícolas – Silvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatística Econômica – Roberto Maia de C. Abib
Centro de Processamento de Dados – Eugenio Decourt

Impresso na 
COMPANHIA
BRASILEIRA DE
ARTES
GRAFICAS
RUA RIACHUELO ,128
TEL. 222-3359